

<div>UPA24h</div> <div>UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO</div>			<div>INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH</div> <div>UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS – SANDRA REGINA</div> <div>(CNPJ 23.453.830/0020-32)</div>			<div>INDSH</div> <div>Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano</div>					
<div>BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)</div> <div>Notas20242023</div>			<div>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)</div> <div>Notas20242023</div>			<div>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS-Método Indireto PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)</div> <div>20242023</div>					
<div>ATIVO</div>			<div>Receitas Operacionais</div>			<div>ATIVIDADES OPERACIONAIS</div>					
<div>Circulante</div>			<div>Serviços prestados pacientes SUS 6.963.796 5.965.093</div>			<div>- Déficit do Exercício (248.615) (334.738)</div>					
<div>Caixa e equivalentes de caixa 4 -</div>			<div>Serviços prest. convênios e partic. -</div>			<div>- Ajustes para reconciliar o superávit</div>					
<div>Contas a receber 5 571.171 501.508</div>			<div>(-) Glosas -</div>			<div>(déficit) do exercício com o caixa</div>					
<div>Estoques 6 22.107 21.413</div>			<div>Receita Líquida 6.963.796 5.965.093</div>			<div>Depreciação/Amortização 1.900 1.959</div>					
<div>Outros créditos 51.089 4.444</div>			<div>Custos</div>			<div>Provisões / Reversões para Contingências - Líquido 5.717 50.00</div>					
<div>Contratos de gestão 3m 2.291.512 1.677.498</div>			<div>Serviços de terceiros (3.374.881) (2.959.722)</div>			<div>Déficit do Exercício Ajustado (240.998) (282.779)</div>					
<div>Total do Ativo Circulante 2.935.879 2.204.863</div>			<div>Pessoal e encargos (2.428.202) (2.055.133)</div>			<div>(Aumento) / Redução do Ativo</div>					
<div>Não Circulante</div>			<div>Materiais e medicamentos (459.103) (436.698)</div>			<div>Contas a Receber (69.663) (175.454)</div>					
<div>Partes relacionadas 11 6.700 6.700</div>			<div>Resultado Líquido 701.610 513.540</div>			<div>Estoques (694) (747)</div>					
<div>Imobilizado – Próprio 7 20.070 13.858</div>			<div>Despesas</div>			<div>Outros Créditos (46.645) 2.018</div>					
<div>Total do Ativo não Circulante 26.770 20.558</div>			<div>Pessoal e encargos (607.050) (513.783)</div>			<div>Aumento / (Redução) do Passivo</div>					
<div>Total do Ativo 2.962.649 2.225.421</div>			<div>Serviços de terceiros -</div>			<div>Fornecedores 19.800 49.241</div>					
<div>PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL</div>			<div>Impostos, taxas e contribuições (8.228) (4.147)</div>			<div>Obrigações Trabalhistas 52.829 63.898</div>					
<div>Circulante</div>			<div>Depreciação/amortização (1.900) (1.958)</div>			<div>Obrigações Sociais 17.148 18.902</div>					
<div>Fornecedores 8 306.849 287.049</div>			<div>Despesas gerais e administrativas 13 (328.577) (324.504)</div>			<div>Obrigações Fiscais 148 9.841</div>					
<div>Obrigações trabalhistas 9 428.273 375.444</div>			<div>Déficit Antes do Resultado Financeiro (244.145) (330.852)</div>			<div>Outras Contas a Pagar - -</div>					
<div>Obrigações sociais 10 88.724 71.576</div>			<div>Financeira Líquidas</div>			<div>Ajustes Patrimoniais (3) -</div>					
<div>Obrigações fiscais 25.537 25.389</div>			<div>Despesas financeiras (4.936) (3.917)</div>			<div>FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA</div>					
<div>Outras contas a pagar 2.445 2.445</div>			<div>Receitas financeiras 38 31</div>			<div>ATIVIDADE OPERACIONAL (268.078) (315.080)</div>					
<div>Partes relacionadas 11 449.613 14.022</div>			<div>Déficit Antes de Outras Desp. e Rec. (249.043) (334.738)</div>			<div>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</div>					
<div>Contratos de gestão 3m 2.291.512 1.677.498</div>			<div>Outras Despesas e Receitas</div>			<div>Aquisição de Ativo</div>					
<div>Total do Passivo Circulante 3.592.953 2.453.423</div>			<div>Doações e subvenções 428</div>			<div>Imobilizado e Intangível (8.112) (3.520)</div>					
<div>Não Circulante</div>			<div>Déficit do Exercício (248.615) (334.738)</div>			<div>Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível - -</div>					
<div>Partes relacionadas 11 647.306 806.707</div>			<div>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)</div>			<div>FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO NA</div>					
<div>Provisões para contingências 12 55.717 50.000</div>			<div>Patrimônio Superávit/ Social (Déficit) Acum. Total</div>			<div>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO (8.112) (3.520)</div>					
<div>Total do Passivo não Circulante 703.023 856.707</div>			<div>Saldo 31/12/22 (336.260) (413.711) (749.971)</div>			<div>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</div>					
<div>Patrimônio Social</div>			<div>Incorporação ao Patrimônio Social (413.711) 413.711 -</div>			<div>Partes Relacionadas 276.190 318.600</div>					
<div>Patrimônio social (1.084.712) (749.971)</div>			<div>Déficit do Exercício - (334.738) (334.738)</div>			<div>FLUXO DE CAIXA GERADO PELA</div>					
<div>Superávit (déficit) acumulado (248.615) (334.738)</div>			<div>Saldo 31/12/2023 (749.971) (334.738) (1.084.709)</div>			<div>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO 276.190 318.600</div>					
<div>Total do Patrimônio Social (1.333.327) (1.084.709)</div>			<div>Incorporação ao Patrimônio Social (334.738) 334.738 -</div>			<div>MOVIMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - -</div>					
<div>Total do Passivo e Patrimônio Social 2.962.649 2.225.421</div>			<div>Ajustes patrimoniais (3) - (3)</div>			<div>No início do exercício - -</div>					
<div>NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)</div>			<div>Déficit do Exercício - (248.615) (248.615)</div>			<div>No fim do exercício - -</div>					
<div>1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais - A Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas está habilitada como porte I – opção III pela Portaria 10, de 03 de janeiro de 2017, do Ministério da Saúde. A unidade possui capacidade operacional para 10 (dez) leitos distribuídos entre leitos de observação adulto feminino e masculino e leitos de emergência, o atendimento é voltado exclusivamente ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. A Unidade de Pronto Atendimento está situada na Rod. Duque de Caxias, S/N, São Francisco do Sul – SC. b. Contrato de Gestão - O contrato de gestão da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas foi firmado em 16 de outubro de 2018. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), realiza a gestão por meio de contrato n.º 022/2019, vigente até 31/10/2025, através do 56º aditivo assinado com a Prefeitura em março de 2025. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:</div>			<div>Saldo em 31/12/24 (1.084.712) (248.615) (1.333.327)</div>			<div>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período -</div>					
<div>Âmbito Legislação Publicação</div>			<div>As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras</div>			<div>Taxa Anual de Depreciação - %</div>					
<div>Federal Decreto Federal nº 50.517/61 DOU de 23/12/1970</div>			<div>a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público.</div>			<div>Instalações 10%</div>					
<div>Estadual Lei Estadual nº 5.341/1969 DOE de 19/11/1969</div>			<div>2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade - Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras - As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 17 de Abril de 2025. c. Base de Mensuração - As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação - As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.</div>			<div>3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa - São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques - São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou “vencidos” são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração - Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é conta-</div>			<div>Máquina e Equipamentos 10%</div>		
<div>Municipal Lei Municipal nº 416 DOM de 16/08/1967</div>			<div>Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187 /2021. c. Déficit do exercício de 2024 - Em 2024 a UPA arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 248.615no exercício. Como consequência, o UPA apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 657.074 em 31 de dezembro de 2024. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação daUPA em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui</div>			<div>Equip. Informática 20%</div>					
<div></div>			<div>O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.d. Intangível Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. Julgamentos e Estimativas - A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e</div>			<div></div>					
<div></div>			<div>Continua ...</div>			<div></div>					

Continuação ...			6. ESTOQUES				
estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. i. Provisões para Riscos Judiciais A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g. Apuração do Superávit/Déficit - O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h. Reconhecimento de Receitas - As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes - Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos - Nas demonstrações contábeis de 2024 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. k. Patrimônio Líquido - Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. I. Demonstrações dos Fluxos de Caixa As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. m. Contratos de Gestão - Em 2023, a Administração da UPA concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.			Drogas e medicamentos	2024	2023	10.090	10.711
			Materiais de uso do paciente			7.283	5.641
			Limpeza e higienização			1.998	2.391
			Materiais de laboratório			559	737
			Materiais de manutenção			432	378
			Fios cirúrgicos			282	345
			Demais materiais			1.463	1.210
			Total			22.107	21.413
			Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.				
			7. IMOBILIZADO				
				Eq. Instala- Inform.	Máq. Móveis ções e Equip. e Utens.	Total	
			Em 31/12/23				
			Saldo inicial	292	1.155	10.850	- 12.297
			Aquisições	-	-	3.520	- 3.520
			Transferências	-	-	-	-
			Baixas	-	-	-	-
			Depreciação	(292)	(180)	(1.487)	- (1.959)
			Saldo cont. líquido	-	975	12.883	- 13.858
			Em 31/12/24				
			Saldo inicial	-	975	12.883	- 13.858
			Aquisições	-	8.112	-	- 8.112
			Transferências	-	-	(2.194)	2.194 -
			Baixas	-	-	-	-
			Depreciação	-	(385)	(1.468)	(47) (1.900)
			Saldo contábil líquido	-	8.702	9.221	2.147 20.070
			8. FORNECEDORES				
						2024	2023
			Materiais e medicamentos			728	424
			Serviços			44.334	32.914
			Serviços médicos			233.671	225.595
			Diversos			28.116	28.116
			Total			306.849	287.049
			9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS				
						2024	2023
			Ordenados e salários a pagar			176.397	160.615
			Provisão férias			233.219	198.916
			Provisões FGTS s/férias			18.657	15.913
			Total			428.273	375.444
			10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS				
						2024	2023
			INSS a recolher			22.888	19.981
			FGTS a recolher			25.016	21.506
			IRRF s/ folha a recolher			31.792	23.518
			Contr. sindical			9.028	6.571
			Total			88.724	71.576
			11. PARTES RELACIONADAS				
						2024	2023
			Ativo				
			SEDE ADMINISTRATIVA			6.700	6.700
			Total Não Circulante			6.700	6.700
			Passivo				
			HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL				
			NOSSA SENHORA DA GRACA			434.064	-
			SEDE ADMINISTRATIVA			15.549	14.022
			Total Circulante			449.613	14.022
			HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL				
			NOSSA SENHORA DA GRACA			647.306	806.707
			Total Não Circulante			647.306	806.707
			O saldo a pagar em 2024 no passivo circulante de R\$ 15.549 (R\$ 14.022 em 2023), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.				
			12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS: a. Processos com prognóstico de perda provável - A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída para fazer face aos processos.				
						2024	2023
			Provável				
			Cível			-	50.000
			Trabalhista			55.717	-
			Total			55.717	50.000
			b. Processos com prognóstico de perda possível - Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparado por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:				
						2024	2023
			Possível				
			Cível			1.015.000	-
			Trabalhista			-	-
			Total			1.015.000	-
			13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS				
						2024	2023
			Serviços de gestão			(182.394)	(179.706)
			Energia elétrica			(68.642)	(52.745)
			Aluguel de máquinas			(29.843)	(24.468)
			Água e esgoto			(7.483)	(6.459)
			Provisões para contingências			(5.717)	(50.000)
			Outros			(34.498)	(11.126)
			Total			(328.577)	(324.504)
			14. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional – CTN. Atendendo ao disposto no item 27 – (C) do ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.				
						2024	2023
			Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT			574.632	483.911
			INSS			574.632	483.911
			COFINS			208.914	178.489
			COFINS			208.914	178.489
			Total			783.546	662.400
			15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.				
						2024	2023
			Aplicações financeiras de liquidez imediata			-	-
			Contas a receber			571.171	501.508
			Total ativos financeiros			571.171	501.508
			Fornecedores			306.849	287.049
			Total passivos financeiros			306.849	287.049
			16. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros i. Riscos de Liquidez - As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. ii. Riscos de Crédito - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.				
			17. EVENTOS SUBSEQUENTES: Renovação Contrato de gestão Em 27 de março de 2025, o Contrato de gestão foi renovado até 31 de outubro de 2025, através do 56º aditivo do contrato n.º 022/2019. Renovação CEBAS - INDSH Conforme mencionado na nota explicativa 1 – contexto operacional, a Entidade obteve deferimento para renovação do CEBAS para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 em 12/02/2025, junto ao Ministério da Saúde, constante do processo 25000.175499/2023-33. São Francisco do Sul - SC, 17de Abril de 2025.				
			Rodrigo Fröhlich - Diretor Executivo - CPF: xxx.129.927-xx				
			Ediane Pacheco Lemos - Contadora, CRC-SP-324161/O				
			Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis				
			À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH Unidade de Pronto Atendimento – Sandra Regina São Francisco do Sul – SC. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento – Sandra Regina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento – Sandra Regina, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo				
			Continua ...				

<p>Continuação ...</p> <p>com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfases: Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: <u>Patrimônio social negativo e continuidade operacional</u> Conforme descrito na nota explicativa 1, chamamos a atenção de que o contrato de gestão contempla a administração do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Graça e da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas Sandra Regina. A UPA atua como retaguarda das atividades de atendimento do contrato de gestão 022/2019, junto à Secretaria de Saúde do Município de São Francisco do Sul – SC e, em 31 de dezembro de 2024, não possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa, impactando em um capital circulante líquido negativo na ordem de R\$ 657.074. Em 31 de dezembro de 2024, a UPA apresentava patrimônio social negativo na ordem de R\$ 1.333.327. A Administração conjunta do Hospital e UPA entende que as necessidades de caixa da UPA são supridas pelos recursos obtidos do contrato de gestão e mantidos em contas do Hospital, concluindo por não haver riscos de continuidade e/ou necessidade de provisões contingenciais. <u>Imobilizado de gestão</u> Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente, quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. <u>Transações com partes relacionadas</u> A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. <u>Outros assuntos:</u> Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos</p>	<p>relatório de auditoria, em 23 de abril de 2024, sem modificações. Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos rele-</p>	<p>vantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>
--	--	--

São Paulo, 17 de abril de 2025.
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Cod. Mat.: 1076067

Edição Interativa:

A nova funcionalidade visa facilitar o trabalho dos cidadãos, servidores e empresas, tornando a consulta e a utilização do DOE/SC mais dinâmico, prático e ágil.

